

O direito de habitar e existir da população do Loteamento Santa Cecília

Tayná Corrêa de Oliveira;

Francine Marques;

Cristine Jaques Ribeiro

UNIVERSIDADE Católica de Pelotas – taynacoliveira@gmail.com

UNIVESIDADE Católica de Pelotas – francine.marques@gmail.com

UNIVERSIDADE Católica de Pelotas – cristinejrib@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa visa analisar a segregação do espaço urbano como uma manifestação da questão social, acompanhando uma comunidade da periferia da cidade de Pelotas que resiste há mais de 20 (vinte) anos como posseiros.

Registrando a invisibilidade destas famílias frente ao poder público, que não possibilita as mínimas condições de vida, não atendendo as necessidades básicas de sobrevivência humana.

A proposta é de trazer a oportunidade de despertar o debate sobre as questões que perpassam as questões sociais e o direito à posse. Abordamos a importância da reforma urbana para a existência digna destas famílias, focalizando no loteamento Santa Cecília, localizado no município de Pelotas, que materializa toda a forma de exclusão e violação de direitos que ocorre nas periferias das cidades brasileiras.

Vamos priorizar o fato de que grande parte de nossas cidades é construída pelos próprios moradores em áreas ocupadas – muitas delas ambientalmente frágeis. Para a construção desses bairros não há contribuição de arquitetos ou engenheiros, tampouco os olhar da prefeitura local com a sua legislação urbanística ou qualquer outra lei que vise preocupação com a vida destas famílias.

2. METODOLOGIA

A proposta metodológica utilizada neste estudo visa desenvolver uma pesquisa qualitativa sendo ela de campo, documental e bibliográfica, para produção e análise dos dados, bem como, utilizar a observação cartográfica no sentido de acompanhar os processos coletivos vivenciados pelas famílias. O estudo documental é conhecer e analisar historicamente a ocupação, seus registros, a forma com que foi construída a ocupação no loteamento Santa Cecília.

A pesquisa bibliográfica ocorre a partir de cinco categorias de análise, definida como orientadora para a fundamentação deste projeto: A função social da posse da terra/território e sua relação com os direitos humanos; o Direito à Cidade; Justiça ambiental e sua relação com as desigualdades; Políticas Públicas Sociais e Questão Social. Fizemos o acompanhamento destas famílias por intermédio da observação cartográfica, com instrumentos de registros, transcrições de áudio e diário de campo. Registrando o modo de vida das famílias envolvidas, seus desafios cotidianos, lutas e práticas de resistências coletivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na cidade de Pelotas no ano de 2015 havia registrado na prefeitura cento e sessenta e uma (161) áreas públicas ocupadas há décadas. A exemplo de outras

cidades, um terço da população local vive em áreas irregulares, ou seja, são mais de cem mil pessoas. Pelo grande interesse imobiliário, não é dos dias de hoje que a população mais vulnerável vem sendo afastada dos grandes centros, a mesma população que exerce seu direito a trabalho, não pode morar nas zonas mais centrais das cidades.

A globalização e a guinada para o neoliberalismo, ao invés de diminuir, enfatizaram as desigualdades sociais. No sistema capitalista nossas cidades são divididas entre o grande número de trabalhadores de baixa renda, que acaba se fundindo com os marginalizados e desempregados e as elites financeiras. Elites essas que são beneficiárias de todos os serviços básicos dividindo espaço com ocupações irregulares que raríssimos são aqueles que possuem luz e água, saneamento básico, ruas que possibilitem a entrada de bombeiros e ambulâncias. A negação diária ao direito a vida dessas famílias, de direito a terra, sendo ela um bem necessário para suprir as necessidades básicas, é extremamente preocupante.

A importância da reforma urbana deve continuar sendo debatida, porém devemos buscar os resultados, que passados todos esses anos ainda são raríssimos. Conscientizar a classe trabalhadora de seus direitos e buscar o trabalho coletivo centralizado para atingir suas metas, é um ponto de extrema importância para diminuir a forte opressão que esses trabalhadores recebem diariamente.

Observamos no Loteamento Santa Cecília, que se localiza no bairro Três Vendas no município de Pelotas/RS o total descaso com a saúde e a segurança dos moradores, um lugar que por interesses da classe dominante que domina o poder público, se vê totalmente invisível.

As famílias residem na área há mais de 20 anos. Trata-se de famílias de trabalhadores, que na sua maioria ganham a vida na informalidade, alguns oriundos do bairro Santa Terezinha, que faz divisa com a localidade. Os primeiros ocupantes da localidade residiam em casas cedidas ou alugadas que, sem condições de manter suas moradias, enxergaram na área desabitada um meio de viver.

As áreas de ocupação são aquelas abandonadas, esquecidas, impróprias para o mercado imobiliário. Na maioria das vezes com restrição a ocupação, áreas de desmoronamento, alagadiças, sem infra-estrutura urbana, como é esse caso. A situação em que vivem as famílias do Loteamento é de total vulnerabilidade, a área é totalmente precária, consequência da própria dinâmica do modelo de produção capitalista, que visa precarizar áreas populares, para que dificulte o acesso da população.

O loteamento Santa Cecília encontra-se no entorno da Sanga das Três Vendas, que é um braço hídrico do canal Santa Bárbara e atualmente recebe quase todo o esgoto doméstico tornando o local extremamente poluído. Esse curso hídrico corta a cidade e serve como escoadouro das águas pluviais e esgoto, o que expõe a comunidade a graves problemas de saúde, a riscos ambientais, doenças de vinculação hídrica, entre outras. A estrutura é falha, a ponte que liga o bairro Santa Terezinha a comunidade está a ponto de cair, colocando em risco a vida das crianças que residem no local, além do restante da comunidade. Por residirem em uma área de ocupação a prefeitura não disponibiliza saneamento adequado.

O direito a cidade se dá através de políticas públicas que sejam executadas de maneira eficaz, deve ser garantido o acesso à terra urbanizada, serviços públicos essenciais com qualidade, condições de habitações dignas, acesso universal a iluminação, saneamento, água potável, transportes públicos, acessibilidade e mobilidade. Contudo, no loteamento Santa Cecília, identificamos que nem mesmo a Política de Assistência Social/PNAS, não está sendo assegurada, já que o Centro de

Referência de Assistência Social/CRAS Três Vendas não consegue atender as demandas das famílias, desta forma não garantindo direitos como Bolsa Família que por falta de comunicação e interesse da prefeitura, muitas vezes não chegam ao conhecimento das famílias.

4. CONCLUSÕES

Por se tratar de uma pesquisa que ainda está em fase de andamento, não conseguiremos expor um quadro fechado da realidade observada. Portanto, cabe salientar que o objeto dessa pesquisa é a discussão e a reflexão da realidade que vivem as famílias em condições de vulnerabilidade social, bem como, tentar criar alianças e práticas capazes de combater a reprodução da desigualdade social. Pesquisar a função social da terra, deixando claro que não há espaço para o dogmatismo positivista, é de grande importância para investigar o processo de urbanização histórica que passou todo um contingente populacional, reconhecer o conflito de classes que por fatores econômicos interfere diretamente na política e na geografia das cidades. Tornando a pesquisa um forte instrumento para estudar o resultado da urbanização caótica, analisando suas condições de vida, a desproteção social e a invisibilidade pública, pautando os direitos sociais e humanos não garantidos na formação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.** São Paulo: Editora Rosa dos Tempos 1992;

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998

HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade.** 2013, (p. 47-60)